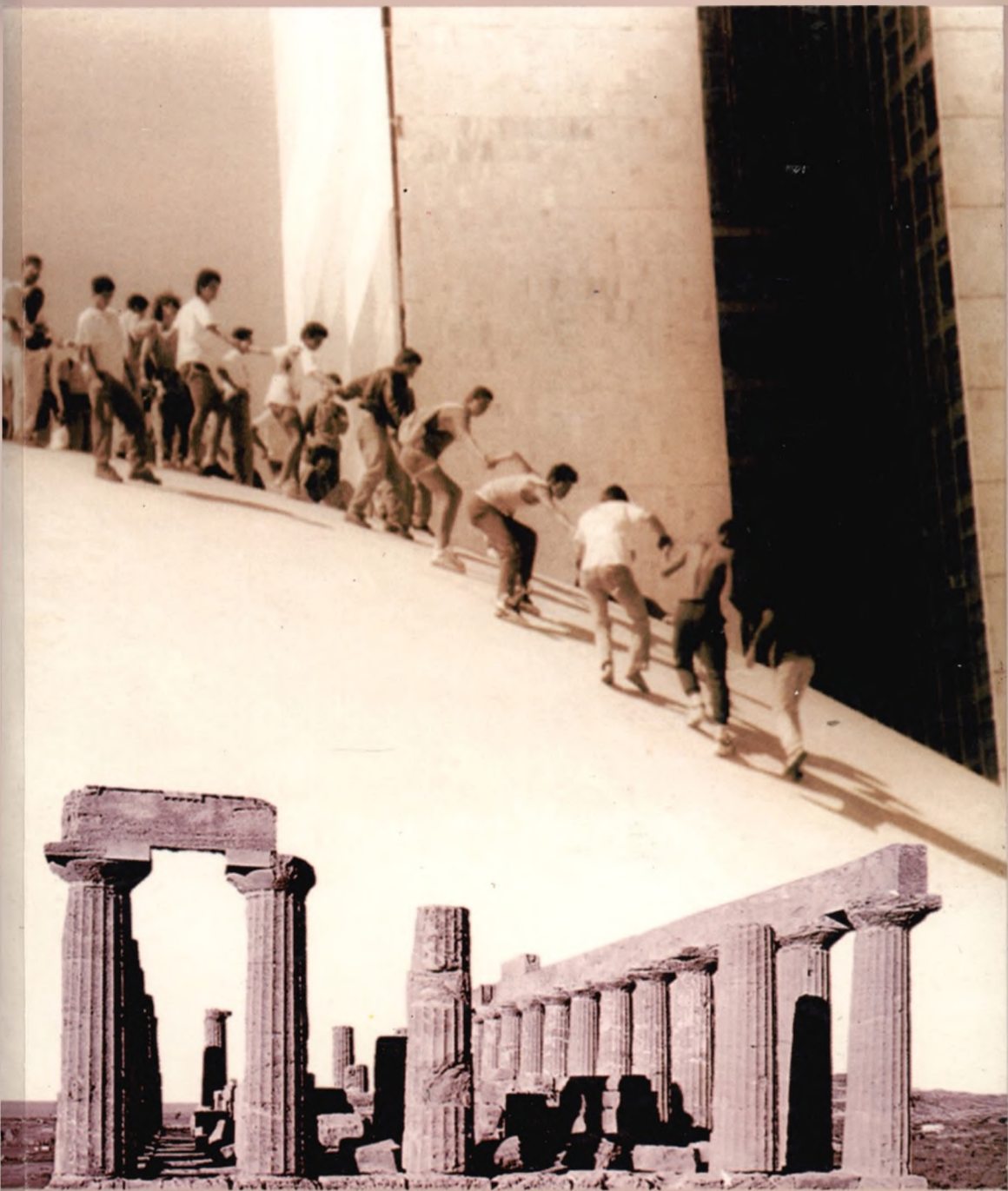


democracia a grande revolução



Para que serve a democracia? Quem se beneficia dela? É a democracia um fenômeno natural ou deve ser construída e consolidada?

O objetivo deste livro é contribuir para o debate inerente ao processo democrático. O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia*, em homenagem a um dos maiores pensadores do Brasil, foi a maneira idealizada para se obter algumas respostas aos desafios atuais enfrentados pelas nações democráticas. Reuniu representantes de vários países para apreender experiências de consolidação de diferentes processos democráticos.

As crises sociais de naturezas diversas que afetam os países de todo o mundo provocam a discussão dos modelos democráticos, cujos elementos formais, efetivamente, existem. Todas as lutas do século XX foram pelo princípio histórico da democracia – a liberdade. O século XXI será o das lutas por equidade, pois sem ela corremos o risco de perder todas as conquistas democráticas. A complexidade das questões sociais exige compromisso coletivo e individual para transformar a promessa de democracia em realidade.

O título desta obra reflete a necessidade de uma grande revolução a ser empreendida para a construção e a consolidação da democracia em todo o mundo.

O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia* é a contribuição efetiva da Universidade de Brasília, que na forma de livro socializa o debate. A continuidade do *Simpósio Florestan Fernandes* é o compromisso da UnB com os ideais democráticos para o próximo século.

**DEMOCRACIA
A GRANDE REVOLUÇÃO**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

João Claudio Todorov

Vice-Reitor

Erico Paulo Siegmar Weidle

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Ficher

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

DEMOCRACIA A GRANDE REVOLUÇÃO

Hermes Zaneti (organizador)

EDITORA

UnB

Fundação de Apoio à Pesquisa/DF

Direitos exclusivos para esta edição:
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
SCS - Q. 02 - Bloco C - nº 78 - Edifício OK - 2º andar
70.300-500 - Brasília - DF
FAX: (061) 225-5611

Copyright © 1996 by Editora Universidade de Brasília

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito da Editora.

Impresso no Brasil

EDITORES

TANIA MOREIRA DA COSTA E REGINA MARQUES

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS/REVISÃO

TANIA MOREIRA DA COSTA, REGINA MARQUES E SILVIA MARIA ALVES

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

SONJA SAMPAIO

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

LUÍZA MARIA ROCHA NERY

CAPA

FORMATOS DESIGN E INFORMÁTICA

SUPERVISÃO GRÁFICA

ELMANO RODRIGUES PINHEIRO

ISBN: 85-230-0451-3

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

D383 Democracia: a grande revolução / organização de Hermes Zaneti. — Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

179 p.

1. Ciência Política. 2. Democracia. I. Zaneti, Hermes.
II. Título.

CDU 32
321.7

SUMÁRIO

Apresentação

Hermes Zaneti – Coordenador do Projeto Constituição, 7

Introdução

Democracia: a grande revolução, 11

João Claudio Todorov – Reitor da Universidade de Brasília

I - A construção da democracia

A revitalização da arte da política, 15

Fernando Henrique Cardoso – Presidente da República Federativa do Brasil

II - Democracia: das origens à modernidade

Celebrando 2.500 anos de democracia, 31

Alexander Vayenás – Embaixador da República Helênica no Brasil

A evolução da democracia representativa, 37

Donald Keith Haskell – Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no Brasil

III - Democracia no século XXI

O desafio da equidade, 43

Juan Somavia – Presidente da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, Embaixador do Chile na ONU.

Debatedores

Limitações da agenda da Cúpula Social de Copenhague, 61

Benício Viero Schmidt – Sociólogo, Professor da UnB

Democracia com equidade: um direito?, 67

Lia Zanotta Machado – Diretora do Centro de Apoio a Intercâmbios e Programas Internacionais da UnB

IV - Democracia na Ibero-América

O valor da democracia como sistema na América Latina: a experiência venezuelana, 73

Rafael Caldera – Presidente da República da Venezuela

O fortalecimento do processo democrático da Venezuela, 83

Alfredo Toro Hardy – Embaixador da República da Venezuela no Brasil

Cuba: a determinação por um caminho próprio, 95

Jorge Lezcano Perez – Membro do Conselho de Estado da República de Cuba

Democracia, desenvolvimento econômico e equidade social, 109

Heraldo Muñoz – Embaixador da República do Chile no Brasil

Democracia: valor a ser entendido e compartilhado, 121

Alieto Aldo Guadagni – Embaixador da República Argentina no Brasil

Formação da democracia na Colômbia, 133

Mario Galofre Cano – Embaixador da República da Colômbia no Brasil

V - Democracia no Pós-Comunismo

A política no pós-comunismo, 145

Jeliu Jeleu – Presidente da República da Bulgária

A evolução política e constitucional da Polônia, 149

Aleksander Luczak – Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia

Democracia, direitos humanos e estado de direito na Eslováquia, 159

Branislav Hitka – Embaixador da República Eslovaca no Brasil

Democratização multifacetária e permanente na Hungria, 165

Gábor Tóth – Embaixador da República da Hungria no Brasil

Estado de direito e economia de mercado na Romênia, 173

Romulus Roman – Encarregado de Negócios da Romênia no Brasil

APRESENTAÇÃO

Hermes Zaneti
Coordenador do Projeto Constituição

Assunto altamente complexo, a democracia tem ocupado significativos espaços em debates teóricos em muitos países. Importantes pensadores têm-se dedicado à questão da democracia. Nosso objetivo, nesta apresentação, é, também, referir o pensamento de alguns desses autores que deram enfoques interessantes à matéria, para motivar a discussão.

Giovanni Sartori¹ faz uma pergunta instigante: “A democracia pode ser qualquer coisa?”, para em seguida citar Tocqueville que diz: “É nossa forma de usar as palavras ‘democracia’ e ‘governo democrático’ que cria a maior confusão. A menos que essas palavras sejam claramente definidas e haja concordância quanto à sua definição, as pessoas vão viver numa confusão inextricável de idéias, para grande vantagem dos demagogos e déspotas”.

É ainda Sartori² que nos lembra que “(a) o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, que uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal; e que (b) a democracia resulta de interações entre seus ideais e sua realidade e é modelada por elas: pelo impulso de um dever ser e pela resistência de um é”.

O embate dinâmico das forças que compõem a democracia é destacado por Przeworski³:

Numa democracia todas as forças devem lutar continuamente pela satisfação de seus interesses. Nenhuma delas encontra refúgio em suas posições políticas. Ninguém pode esperar pelos resultados para modificá-los depois; todos devem subordinar seus interesses à competição e à incerteza. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. A democratização é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de institucionalização da incerteza. O passo decisivo em direção à democracia é dado pela transferência do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regra.

¹ Sartori, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*, vol. 1, São Paulo: Ática, 1994: 16.

² *Idem*, *ibidem*: 24.

³ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 31.

O mesmo autor nos alerta que “a democracia pode ser um efeito conjunto de condições e instituições” e que “as instituições devem adequar-se às condições”.⁴ Analisando a questão da sobrecarga de demandas, quando não autocontida, podendo inviabilizar a governabilidade e comprometer a própria democracia, o autor destaca que os mecanismos de alocação são mais importantes que as formas de propriedade e que o sistema econômico mais racional e humanitário é aquele que depende da existência de mercados regulados para a alocação de recursos e da presença do Estado para garantir um bem-estar material básico para todos⁵.

É importante lembrarmos que a democracia permite à sociedade organizar-se para a disputa dos diferentes interesses em jogo. Ela não é, no entanto, um elástico com capacidade ilimitada para esticar. Nesse sentido, e com as necessárias cautelas, é bom termos em conta as observações de Huntington⁶, para quem: “Um valor que, normalmente, é bom em si não é, necessariamente, otimizado quando é maximizado. Nós reconhecemos que existem limites potencialmente desejáveis à extensão indefinida da democracia política. Democracia terá uma longa vida se tiver uma existência mais balanceada”.

Estas poucas referências, de alguns dos autores que se ocupam do tema, dão uma idéia da complexidade desta discussão. Mostram, igualmente, que o assunto não pode ser ignorado.

A Universidade de Brasília atribui importância especial ao tema da democracia e à política em geral, atendendo, assim, a uma de suas vocações, por ser a universidade da capital política do País. Por isso, criou o Projeto Constituição para acompanhar o processo de discussão das alterações na Constituição do Brasil, pelo Congresso Nacional, em 1995. Entre as várias atividades desenvolvidas, destacamos o “Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia”. O Simpósio constituiu-se, basicamente, de uma série de conferências proferidas por embaixadores de vários países de diferentes continentes. Recebeu mensagens, especialmente escritas para a ocasião, do Presidente da República da Bulgária, Jeliu Jelev, e do Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia, Aleksander Luczak. Conferência especial sobre o assunto em foco foi proferida pelo Doutor Rafael Caldera, Presidente da República da Venezuela. Estiveram presentes e proferiram conferências o Embaixador Juan Somavia, Presidente da Cúpula

⁴ *Idem, ibidem*: 58.

⁵ *Idem, ibidem*: 12.

⁶ Huntington, Samuel P. *The Crisis of Democracy*.

Mundial de Desenvolvimento Social de Copenhague e o Deputado Jorge Lezcano Perez, Membro do Conselho de Estado da República de Cuba. Recebemos, ainda, com exclusividade para publicação, texto de conferência proferida pelo Professor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, na Universidade de Stanford, versando sobre o tema em foco.

Reunimos o conjunto destes textos para esta publicação que intitula-mos: *Democracia: a grande revolução*. O livro oferece, assim, um panorama amplo da evolução do processo democrático. Aborda desde o problema dos excluídos, um dos itens tratados pelo Reitor da UnB, Doutor João Claudio Todorov na Introdução; discute a construção da democracia, quando o Professor Fernando Henrique Cardoso aponta a necessidade de revitalizar a arte da política; nos leva das origens da democracia à modernidade, nos textos dos Embaixadores da Grécia e da Grã-Bretanha no Brasil; nos remete para o futuro, na democracia no século XXI, onde o Embaixador Juan Somavia, com a participação dos professores da UnB, Lia Zanotta Machado e Benício Viero Schmidt, discute o desafio da equidade apontando a necessidade da erradicação da miséria.

Uma visão histórica dos grandes desafios e a permanente turbulência política que tem envolvido a construção da democracia nos países ibero-americanos é apresentada pelo Presidente da Venezuela, pelo Deputado Jorge Lezcano Perez e pelos Embaixadores do Chile, da Argentina, da Colômbia e da Venezuela. As mensagens do Presidente da Bulgária e do Vice-Primeiro-Ministro da Polônia, além das conferências dos Embaixadores da Eslováquia, da Hungria e do Encarregado de Negócios da Romênia, mostram o processo de construção das mais jovens democracias do mundo.

O conteúdo do livro apresenta a luta que tem sido, ao longo da história, a construção do regime democrático. Vítima de ataques nos mais diferentes países, submergindo em períodos mais ou menos longos, a democracia acaba por emergir como expressão de vontade da maioria do povo, como são exemplos a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Chile, a Polônia e o Brasil, só para citar alguns.

A motivação da UnB para discutir a questão da democracia decorreu do fato de termos constatado que parece haver um senso comum de que se não fizermos nada, se não tivermos nenhum projeto institucional, então, como por inércia, acontecerá a democracia. Ela seria, assim, um acontecimento quase natural. A história tem mostrado, porém, inúmeras interrupções do processo democrático em muitos países. Na vigência de regimes autoritários, as forças democráticas unem-se para restabelecer a democracia, mas obser-

va-se que, durante os períodos democráticos, não há suficiente empenho dessas mesmas forças no sentido de fortalecer as instituições que garantam a democracia. Nossa convicção, no entanto, é que a democracia deve e pode ser construída e que essa construção passa por um amplo processo de discussão, de participação. As universidades têm um papel especial nessa tarefa, porque elas são, em geral, as primeiras vítimas sempre que ocorre a interrupção autoritária do processo democrático.

A construção de instituições que promovam e defendam a democracia passa pela perspectiva de que as diferentes forças políticas que participam do embate democrático tenham, no presente e no futuro, chance de ver suas reivindicações atendidas. A liberdade que a democracia oferece é extremamente importante, mas não suficiente. Ela precisa garantir uma perspectiva redistributiva. À democracia formal, da liberdade de expressão, do direito de ir e vir, precisamos acrescentar a democracia substantiva, entendida como a erradicação da miséria, a redistribuição da renda, de tal sorte que o povo sinta no bolso e em casa os efeitos da democracia, pois só assim participará do processo de sua construção e defesa.

É importante observar que a democracia, nos últimos anos, ganhou importantes espaços. É muito significativo o número de países que vivem hoje sob o regime democrático. Segundo Przeworski,⁷ “nunca na história tantos países desfrutaram de instituições democráticas ou, pelo menos, submetem-nas a teste”. A democracia cresceu muito, igualmente, como valor; eis que mesmo regimes que, a rigor, não poderiam ser classificados como democráticos, assim se intitulam para buscar maior respeitabilidade e inserção na comunidade internacional.

A obra que ora oferecemos contém relatos históricos, reflexões teóricas e depoimentos ricos com experiências concretas vividas em diferentes países do mundo. Não tem a pretensão maior de realizar uma revisão teórica sobre o assunto. É uma contribuição inicial à discussão da construção da democracia, na esperança de que possa ser ampliada com a participação de outros países e de que saibamos aproveitar esse momento para criar e fortalecer instituições democráticas justas e eficazes, em condições de dar suporte ao processo democrático, que é, ao mesmo tempo, uma realidade e uma promessa permanente.

⁷ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 9.

FORMAÇÃO DA DEMOCRACIA NA COLÔMBIA

Mario Galofre Cano
Embaixador da República da Colômbia no Brasil

I. Introdução

O tema da democracia na Colômbia nos remete, inevitavelmente, a um paradoxo que se expressa em termos de violência política e institucionalidade democrática.

Com efeito, as instituições democráticas republicanas existem na Colômbia desde os anos iniciais da Nação e não apenas de maneira formal. Desde a Independência, os períodos presidenciais se seguiram uns aos outros com regularidade constitucional. O Legislativo vem exercendo suas funções republicanas com poucas e quase insignificativas interrupções, contribuindo, sem dúvida, para um aprendizado político positivo e para o fortalecimento da democracia. As interrupções do processo democrático são escassas e os governos que delas emanaram não se revestiram com as características das ditaduras cruéis que castigaram outras nações da América Latina durante longos períodos de sua história.

Apesar da estabilidade e vigência das instituições democráticas que perduram por quase dois séculos, não se pode omitir o fato de que a história política nacional se desenvolve como um processo no qual se alternam períodos de paz e de guerra civil ou conflito armado. Durante o século XIX, estes se transformaram em novas grandes guerras civis e numerosas revoltas regionais contra o poder central, com reflexos no atual conflito.

Como explicar este paradoxo de institucionalidade e conflito que caracteriza a democracia na Colômbia?

II. As causas do conflito

A análise da violência que hoje castiga a sociedade colombiana é, sem dúvida, um desafio mesmo para os analistas mais experientes. Numerosas tentativas foram feitas para descobrir suas causas, seus efeitos e as possibilidades de saídas sem se chegar a compreender o fenômeno em toda sua profundidade.

Para os pesquisadores de esquerda, por exemplo, a democracia colombiana tem padecido de um déficit de representação que vem se acumulando

há muito tempo, devido a uma tradição de regimes políticos excludentes que têm deixado de fora setores importantes da população. Em seu livro *Estado, violência e democracia*, o pesquisador William Ramirez Tobón afirma que violência e democracia são dois fenômenos que se explicam entre si. De fato, segundo Ramirez, a violência colombiana não seria alheia à democracia colombiana, inabilitada historicamente para assimilar a novidade e a diferença de outras forças sociais e políticas, distintas das classes no poder.

O conflito atual seria herança direta da Frente Nacional, último exemplo desses regimes que se estendeu de 1958 até 1974. A Frente Nacional implantou um regime de democracia restrita onde imperava a inconstitucionalidade democrática, sem ampliar efetivamente as possibilidades dos setores populares em ascensão de chegarem ao poder. Apesar de ter sido concebido como um meio de reeducação popular para o jogo democrático pacífico entre os dois partidos tradicionais, deformado durante a violência, a Frente Nacional pôs fim ao confronto armado bipartidarista, mas fracassou em suas tentativas de pacificação rural. Este conflito, mesmo vigente, evoluiu para outras formas mais complexas, pondo em evidência a limitação das instituições e a necessidade de empreender novas reformas.

Para o colombiano norte-americano Robert Dix, em contraste com outros países latino-americanos neste século, a Colômbia aderiu ao modelo político de desenvolvimento denominado de elite modernizadora, funcionando com as formas de governos republicanos. Entretanto, isso não significa que o sistema tenha permanecido totalmente fechado a novos “contingentes de reclutas” ou de idéias. Para Dix, a classe alta colombiana reteve em suas mãos uma alta proporção dos recursos do poder. Todos esses pontos de vista tradicionais, que parece que se reforçam entre si, não negam o avanço decisivo dos níveis de democratização da sociedade, de modernização política e institucional, de aperfeiçoamento eleitoral, conjugados com uma evidente melhoria dos níveis de vida de muitos setores.

III. Os partidos políticos tradicionais

O Partido Liberal e o Conservador estão na arena política desde meados do século XIX. Mesmo que se tenha querido ligar a origem do Partido Conservador ao libertador Simón Bolívar, cuja tendência autoritária é bem conhecida, e a do Partido Liberal ao General Santander, mais claramente civilista, sua origem se conecta na realidade com o balizamento de grupos latifundiários escravagistas, defensores de seus privilégios coloniais, e, no

Partido Conservador, com a burguesia emergente, partidária da mudança para a conformação de um Estado moderno em liberal. O Partido Conservador tem propugnado mais pela “ordem” e pela “autoridade”; recorre a seu eleitorado entre a massa camponesa, mais apegada aos valores da religião e da tradição, cada vez menos numerosa; o Liberal, cujas bases eleitorais se nutrem principalmente nas zonas urbanas e nos setores de menores *raigambre* aristocrática, propugna mais pela “liberdade” e pela “igualdade”. A Igreja tem apoiado, com algumas exceções, o Partido Conservador, cuja ideologia se aproxima mais de seus interesses e sua posição frente às relações da Igreja e do Estado.

Em todo caso, a questão não é simples. A elite que utilizou seu peso para a tarefa modernizadora, descrita por Dix, foi inicialmente latifundiária, evoluindo em seguida para uma burguesia comerciante e artesanal e, posteriormente, para industrial, exportadora e financeira. Atualmente pode-se identificar duas tendências nela: uma ligada às grandes esferas econômicas, inimiga de tudo o que afeta o equilíbrio e o desenvolvimento da economia, e outra, mais aberta às reformas, que dá um peso maior a uma distribuição mais equilibrada do bem-estar e da questão social. Representantes dos dois setores se encontram em ambos os partidos, lado a lado, com membros de todas as classes sociais. A definição do liberalismo como entidade popular, ou como conglomerado da grande burguesia, tem sido um tema recorrente, de grande importância em certos períodos da história, na discussão das plataformas políticas em épocas eleitorais. Os partidos políticos tradicionais provaram ser de uma vitalidade indubitável, já que continuam dominando o panorama político da Nação até os dias de hoje. Analistas deste problema atribuem o fato ao policlassismo de suas bases, ao facciosismo que evita sua divisão, e ao fato de que sua presença política tem peso quase exclusivamente em períodos eleitorais.

Ainda que o Partido Comunista tenha entrado no jogo político nos anos 20, não tem conseguido votações significativas para constituir-se numa verdadeira alternativa de governo e nem ganhar eleições. Não obstante, no campo do discurso e da agitação ideológica, sua contribuição ao processo político tem sido de grande importância e influência para a classe operária, no setor operário organizado, no movimento rural, no meio intelectual e na contestação estudantil urbana. Em meados do século a estratégia comunista se orientou sobretudo no apoio ao reformismo liberal. Nesse aspecto o Partido Liberal tem cumprido um papel interessante para a sobrevivência do bipartidarismo e para o fracasso eleitoral da esquerda. Já foi dito muitas vezes que, como organização que agrupa representantes de esquerda de

várias tendências, o Partido Liberal reconhece e adapta as reivindicações populares à limitada capacidade reformista do sistema, deslocando seu discurso para a esquerda cada vez que seus questionamentos são postos em perigo pelo regime.

Em todo caso, o contraponto entre os setores retrógrados e progressistas sob a pressão da esquerda e da guerrilha tem determinado um inegável avanço na legislação social e na democratização do aparelho político e na sociedade em geral. Atualmente os efeitos da modernização, a melhoria no nível de vida e de desenvolvimento econômico tem se manifestado sobre o sistema político como um todo, e sobre os partidos políticos, em particular. As bases eleitorais dos dois partidos políticos tradicionais têm diminuído notoriamente e sua capacidade de convocação tem sido bastante debilitada. Curiosamente, esse fenômeno não tem incrementado a adesão aos partidos de esquerda tradicionais e sequer dos surgidos pela incorporação do jogo político institucional de grupos provenientes da subversão, devido aos diferentes processos de paz, tais como o do AD-M19 e o da União Patriótica. O resultado tem sido níveis de abstenção de quase 70% nas eleições parlamentares. Atualmente existe mais um setor importante com eleitorado independente, ou não-vinculado a nenhum partido político, chamado de “La Franja” que se tem convertido no objeto mais condicionado de toda a atividade proselitista em épocas eleitorais. “La Franja” é considerado, hoje em dia, um sintoma de modernização política.

IV. A Constituição de 1991

A situação anterior dificultou a governabilidade, lesou a legitimidade dos partidos e do sistema político. Isto conduziu à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, em 1991, com o fim de dotar a Nação de uma nova constituição política mais adequada às condições presentes do País. Buscava-se modernizar as instituições políticas e abrir o sistema para incorporar os novos setores de opinião e absorver as demandas viáveis, dentro de um sistema democrático, de grupos contestatários ou sem representação, e avançar no processo de democratização.

A partir de então as instituições democráticas experimentaram uma reforma gradual, porém profunda, em processo de consolidação, relacionada com a ampliação e o aprofundamento da democracia e da representação política, a participação e a fiscalização dos cidadãos nos processos públicos, a transparência eleitoral, o controle dos recursos do Estado para evitar seus

desvios e utilização em campanhas eleitorais e a descentralização da administração pública em favor de uma maior democratização dos gastos.

V. O conflito atual

Não deixa de ser paradoxal a existência do conflito que vem esgotando a Nação. Se a simples descrição apresenta dificuldade, a explicação reveste-se de grande complexidade, que emana particularmente da dificuldade em situar sua origem e desvendar as causas de sua natureza evolutiva e mutante, derivada de sua duração no tempo e do alcance e profundidade de seus efeitos sobre toda a vida da Nação e seus habitantes, assim como da quantidade e características de seus protagonistas diretos. A Corte Constitucional já chegou a considerar o conflito como uma patologia social crônica e, perante suas novas manifestações, negou ao Executivo a convocação de um Estado de Comoção Interna, previsto na Constituição Nacional.

De uma maneira informal, são participantes: uma guerrilha, com quase meio século de existência, composta originalmente por camponeses desabrigados pela violência política, que recebeu influência da esquerda revolucionária tradicional, e tem evoluído para uma contestação política ideológica pouco clara, mas não por isso menos violenta, com confusas relações com o Partido Comunista; o narcotráfico, significativo por sua capacidade corruptora, nascida de sua força econômica, por suas práticas terroristas e por seu envolvimento internacional; grupos de paramilitares, de esquerda e de direita, comprometidos e financiados às vezes pela guerrilha ou pelos narcotraficantes, para combater seus respectivos inimigos e, também, por latifundiários cansados da violência de um e de outro grupo, e da incapacidade oficial de acabar com o conflito; e a delinqüência comum, organizada e violenta, a serviço de grupos que se originam devido ao clima de decomposição social causada pela difícil situação e pela dificuldade física das forças de segurança, o Exército e a Polícia, para responder eficazmente em tantas frentes.

Do lado formal encontram-se: as Forças Armadas, com larga tradição civilista, afastada constitucionalmente do processo político e questionadas nacional e internacionalmente pelos setores interessados em desarticular sua participação, porém situadas no centro do conflito e como sua vítima mais direta. Em meio a este quadro desolador, situa-se a população civil, mais vítima do que protagonista comprometida, a não ser quando é recrutada por qualquer um dos lados. Nesse confuso panorama entram em choque numerosos e bem-intencionados processos de paz, anistias, indultos, pro-

gramas de reabilitação, de pacificação, etc. Existem, não obstante, inegáveis ganhos parciais como: a representação de vários grupos guerrilheiros que atualmente estão incorporados à política, tais como o M-19, o EPL e outros; a captura e a extradição do líder Carlos Leder; o desmantelamento do cartel de Medellín pelo governo anterior e o de Cali, cujos líderes têm sido postos na prisão pela Administração Samper; o grande avanço no resgate da cidade de Medellín e a reabilitação de grupos de menores, anteriormente a serviço do narcotráfico, e outros delinquentes. Esta cidade é hoje exemplo de desenvolvimento econômico, esmero administrativo, honrando a merecida fama de região mais pujante da Colômbia. Mesmo que cada um destes protagonistas representem em si mesmo um objeto de estudo de grande amplitude e suas características exijam um esforço de esquematização considerável, tentarei continuar explicando, de forma breve, a natureza de alguns grupos dos conflitos e os interesses em jogo.

VI. A guerrilha

A origem dos grupos guerrilheiros de hoje remonta ao período de Violência, denominação do conflito armado entre os partidos tradicionais, que se iniciou a partir da vitória, em 1946, apesar de sua condição minoritária, do Partido Conservador, liderado por Mariano Ospina Perez. O governo de Ospina estabeleceu a perseguição de liberais, conduzindo a Nação inteira a um confronto político cujas repercussões ainda estamos experimentando. A Violência levou os camponeses às armas e acelerou o êxodo campocidade, acentuando a descomposição social que já vinha ocorrendo pelo aprofundamento do capitalismo nas décadas de 20 e de 30. Nela estão também latentes as lutas agrárias da época e a desilusão causada pela incapacidade democratizadora e reformista do liberalismo durante o governo de Lopez Pumarejo em 1936.

Alguns destes camponeses, organizados pelos fazendeiros liberais contra a perseguição, se desmobilizaram rapidamente a partir do golpe militar que desmontou o governo conservador. Outros, que se polarizaram por meio de pequenos pleitos tradicionais, ficaram reduzidos a um simples bando armado, dada a estreiteza de seus objetivos políticos. Com o desaparecimento de seus líderes este grupo também desapareceu, deixando seqüelas de sangue e morte difíceis de esquecer.

O movimento revolucionário mais significativo, que inspira os atuais grupos guerrilheiros, originou-se com a reivindicação de importantes contingentes de camponeses expulsos de suas terras pela perseguição partidária.

ria. Essa reivindicação se deu, inicialmente, nos centros urbanos e nas zonas rurais ainda contaminadas pelo conflito. No início de 1950, começou a surgir, entre esses camponeses, grupos armados para a defesa das novas conquistas territoriais, dispostos a enfrentar tanto o aparato militar governamental quanto os grupos organizados de latifundiários. Alguns desses movimentos de autodefesa receberam a influência do Partido Liberal e outros do Partido Comunista. O grupo de camponeses, cujos interesses agrários não estavam subordinados à filiação partidária liberal, não se desmobilizaram com a queda do regime conservador e se mantiveram coesos nas zonas onde estavam fortalecidos, constituindo-se no que se qualificou como Repúblicas Independentes.

O pesquisador William Ramirez Tobón explica que se trata de “dois momentos separados: um de remoção brutal dos camponeses de suas terras, provocando um êxodo para os centros urbanos, para as fazendas empregadoras da força de trabalho e para as zonas de colonização. Outro, de formação de um aparato de organização armada dos colonos para a defesa militar de suas novas possessões”.

A negativa dos integrantes das Repúblicas Independentes em aceitar a rendição, proposta pela ditadura Rojas, as conduziu ao isolamento de quase todos os setores da sociedade com exceção do Partido Comunista. Sua insistência em manter-se fora da institucionalidade assegurou o estabelecimento político bipartidarista. Segundo Ramirez, o Estado atacou suas fronteiras, forçando novamente os camponeses a um êxodo, a uma organização centralizada, a uma maior comunicação entre os distintos grupos e a uma mudança em suas relações com outros setores da sociedade. O surgimento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, FARC, o movimento revolucionário mais importante da atualidade, tem sua origem nessa situação. Para Ramirez, tanto a direita quanto a esquerda têm interpretado equivocadamente a natureza do movimento guerrilheiro, sobretudo da FARC. Segundo este pesquisador, em virtude da influência do Partido Comunista, estes movimentos de autodefesa adquiriram, pouco a pouco, novos traços ideológicos que os afastaram da origem agrária de suas lutas. A direita identifica-os com a esquerda internacional e com a guerrilha; a esquerda, com a direção do Partido Comunista, quando, na realidade, seu trabalho não pode reduzir-se nem à ideologia nem aos interesses políticos desse partido. Ainda que as relações entre a guerrilha e o Partido Comunista ocorram efetivamente, e o discurso ideológico deste último contamine o discurso e a prática do grupo guerrilheiro, dando-lhe um tom revolucionário inegável, o

verdadeiro significado desta relação não pode ser averiguado claramente e não se pode afirmar com certeza que a FARC seja o braço armado do Partido Comunista.

Para Ramirez, a organização não perdeu seus traços históricos. Seu esquema se aproximaria mais de um novo desenho de colonização armada e não de um movimento político de substituição do Estado ou de demolição do capitalismo. As numerosas frentes da FARC e outras guerrilhas lideram uma luta de sangrentos ataques esporádicos contra as forças institucionais da ordem pública, ou pequenas populações rurais desconectadas umas das outras, em pontos já nevrálgicos do território nacional. Desejam, ainda, mudar a estrutura da economia rural de muitas regiões seriamente avariadas e de sua população camponesa. Contudo, a guerrilha não consegue pôr seriamente em risco as instituições democráticas nem a economia nacional e o dia-a-dia da Nação continua quase inalterado.

Outros grupos de natureza mais urbana tiveram origem no enfraquecimento das expectativas criadas pela Frente Nacional e nas restrições impostas à democracia no período em que fomentaram a desilusão com a capacidade reformadora do sistema. O que produziu um fenômeno importante de descontentamento social. O M-19 surgiu entre os novos setores de classe média, formados nos anos 60 nas universidades, sob uma forte influência da ideologia marxista-leninista, dos ideais da Revolução cubana e de figuras como Che Guevara e Camilo Torres. Esses grupos se encontram desaparecidos ou desmobilizados contribuindo, assim, para a tese da perda de ideologia da guerrilha.

A chamada Coordenadora Guerrilheira agrupa atualmente outras organizações armadas que se criaram posteriormente ou surgiram de divisões das anteriores. Dentre as mais importantes figuram o ELN (Exército de Libertação Nacional), uma facção não desmobilizada da EPL (Exército Popular de Libertação) e outras de diferentes posições ideológicas. O número de integrantes da guerrilha não se pode definir, pois uma de suas práticas consiste na incorporação temporária de alguns de seus membros para participar de um determinado golpe e, logo em seguida, voltam a integrar-se às atividades institucionais.

Com a queda do Muro de Berlim, a falta de uma ideologia clara ou de um projeto político coerente é mais crítico para as organizações guerrilheiras e dificulta também as negociações periodicamente propostas por diversos governos. Para a maioria da população colombiana, hoje assentada em centros urbanos, o fenômeno guerrilheiro é visto como algo distante, mais

próximo de uma organização terrorista, desligado dos problemas diários dos colombianos e com poucos argumentos políticos que possam entusiasmar ou obter o apoio dessa maioria.

Não obstante, a guerrilha cresce e se fortalece graças aos elos econômicos com o narcotráfico que tem a capacidade de financiar suas atividades. Por isso, talvez para muitos colombianos, a atividade guerrilheira se transformou simplesmente num *modus vivendi* de grupos de desempregados rurais que se limitam a viver do seqüestro, da extorsão de cidadãos bem-sucedidos e de empresas nacionais e estrangeiras, do assalto a instituições bancárias, do roubo de gado, e, mais recentemente, do ganho de dinheiro pelo acobertamento das atividades do narcotráfico.

VII. O narcotráfico

Sobre o narcotráfico discorrerei apenas sobre suas origens na Colômbia que coincidem com o auge do consumo de substâncias psicotrópicas ilegais nos Estados Unidos, raiz da revolução *hippie* e da Guerra do Vietnã nos fins dos anos 60 e começo dos 70. Os americanos buscaram, então, fontes adequadas de abastecimento no sul do Continente.

É tradição, desde a época pré-colombiana, a utilização da folha de coca em práticas religiosas nas culturas indígenas da região andina. A forma de utilização por parte das culturas andinas foi deformada na América Latina pelo homem branco. Inicialmente foram os espanhóis que começaram a usar a coca entre os índios escravos, uma vez que descobriram suas propriedades inibidoras de fome e de fadiga. Na época moderna, os consumidores de substâncias psicotrópicas ilegais nas sociedades avançadas transformaram totalmente seu sentido original, convertendo-a em derivados "sujos", como a cocaína ou o crack, em artigos de consumo de alta demanda. O antigo conhecimento que os habitantes dos países andinos têm sobre a produção de coca, bem como o clima que lhe é apropriado, lhes outorga vantagens comparativas para seu cultivo, tornando-a um negócio com efetiva projeção internacional neste século.

O auge do consumo de entorpecentes nos Estados Unidos, por outro lado, coincidiu com uma situação social na Colômbia, possibilitando que o cultivo se ajustasse perfeitamente ao êxito do narcotráfico. Efetivamente o fenômeno encontra um país a 500 milhas da fronteira norte-americana com renda *per capita* menor que mil dólares; um salário mínimo, na época, inferior a 60 dólares; uma taxa impressionante de migração campo-cidade provocada pela violência rural, cujo resultado foi uma enorme população

marginalizada em cinturões de miséria nas cidades; um crescimento demográfico de mais de 3,5% que superava amplamente a capacidade do Estado para prover suas necessidades básicas e o incipiente processo de industrialização para absorver mão-de-obra. Coincidiu também com a implantação do modelo econômico de desenvolvimento vigente na época, baseado na substituição de importações que, indiretamente, fomentou o contrabando e disseminou suas práticas ilegais por todos os setores da economia. Levando em conta que o preço de um quilo de cocaína nas ruas de uma cidade norte-americana oscilava entre 25 e 35 dólares, não deve surpreender a ninguém que a demanda desatada por estas substâncias nos Estados Unidos tenha convertido seu comércio em fonte alternativa de renda para uma massa afetada por altos níveis de miséria e marginalidade.

Graças à sua origem e às suas enormes riquezas, os narcotraficantes adquiriram logo uma imagem de redentores sociais, que souberam explorar politicamente e que os converteram posteriormente em perigosos terroristas.

Passado o auge da *marihuana*, quando o gosto dos norte-americanos variou para substâncias mais fortes e se incorporou à demanda de mercados europeus, os narcotraficantes nacionais se dedicaram à produção de cocaína a partir do processamento da folha de coca importada dos países situados ao sul da fronteira, como o Peru ou a Bolívia, com vantagens comparativas na produção desta planta, devido a uma maior porcentagem de população indígena. O êxito deste negócio foi tal que em poucos anos os narcotraficantes chegaram a construir um império econômico que move, segundo cálculos conservadores, em torno de 500 milhões de dólares anuais, o que o coloca acima do comércio internacional de petróleo.

As raízes do narcotráfico se propagaram pela América Latina, o Caribe, a América do Norte e o resto do mundo como um fogo num bosque e, naturalmente, a economia colombiana ficou presa em suas garras. Os narcotraficantes usaram suas fortunas para buscar não só um maior *status* social como também representação política. Apesar de sua participação direta ter se frustrado, conseguiram infiltrar-se na política através do financiamento de campanhas de seus protegidos políticos para obtenção de poder.

Pouco a pouco o negócio foi deixando sua marca em tudo que tocava. A riqueza dos narcotraficantes se infiltrou inevitavelmente na economia, particularmente nas atividades que permitiam sanear suas fortunas, e corrompeu muitos níveis da administração pública, a Justiça e a política nacional, enquanto as práticas violentas, próprias de organizações delinquentes, inicialmente limitadas a seus conflitos internos, foram se difundindo e levando seus efeitos deletérios a todos os setores marginalizados da socieda-

de. É a infiltração do narcotráfico que coloca hoje *sub judice* a classe política nacional. Como tem dito repetidamente em vários foros e ocasiões o Presidente Samper.

A decisão dos Estados Unidos em combater o contrabando de substâncias psicotrópicas ilegais, em seu local de origem, forçou os governos colombianos a implantar uma política de interdição que resultou na constituição de um tratado de extradição entres esses governos, em 1979, para julgar e punir nas Cortes americanas os delitos de narcotráficos cometidos por cidadãos colombianos em seu território. Esse fato provocou nos chefes do narcotráfico uma estratégia defensiva com métodos terroristas que puseram o País em cheque durante grande parte dos anos 80.

O preço pago pela Nação na guerra desatada contra o comércio de cocaína é incalculável. O custo tangível da luta tem sido calculado em milhões de dólares por ano, mas os custos intangíveis são inestimáveis. Com essa luta, a Colômbia tem perdido, por exemplo, toda uma geração de jovens e promissores líderes políticos, centenas de servidores públicos, policiais, juízes, soldados, jornalistas, congressistas e cidadãos comuns. Como calcular o preço do desmoronamento moral, da corrupção do aparelho administrativo, da revisão da reforma agrária pela compra maciça das melhores terras por parte dos traficantes, da pressão inflacionária do fluxo de narcodólares, etc? Diante deste panorama, não deixa de ser admirável a estabilidade e a fortaleza das instituições democráticas da Colômbia. Apesar de passados muitos meses desde a denúncia dos fatos que deram início a uma investigação sobre o atual Presidente da República e importantes membros de seu governo e da política, por infiltração de dinheiro do narcotráfico em suas campanhas, o processo vem desenvolvendo-se integralmente dentro da institucionalidade sem alterar seriamente a estabilidade do sistema político.

Por outro lado, a economia colombiana vem sendo considerada, junto com a do Chile, uma das mais estáveis da América Latina com índices de crescimento contínuos durante os últimos 30 anos. Este crescimento não tem sido só em termos absolutos. A população colombiana tem experimentado uma melhoria indiscutível em seu nível de vida e um aumento de salário real que se traduz em um maior bem-estar geral para a população. Em tudo isso encontra-se o difícil paradoxo em que se debate atualmente a classe política e, em geral, toda a sociedade colombiana.



Imprenta:
GRÁFICA VALCI EDITORA LTDA
SIG - Quadra 8 - Lote 2.230
Telefone: 344-1747 - Fax: 344-3025
CGC - 00336024/0001-16

Outros lançamentos da Editora UnB:

Einstein estava certo?
Clifford M. Will

*A minoria próspera e
a multidão inquieta*
Noam Chomsky

Rejuvenescer a velhice (2ª edição)
Maria Laís M. Guidi e
Maria Regina de L. P. Moreira (orgs.)

O texto da notícia
Elcias Lustosa

A potência do dragão
Sérgio Caldas Mercador Abi-sad

Drogas e sociedade nos tempos da Aids
Richard Bucher

Flauta transversa – método elementar
Pierre-Yves Artaud

*Entre árvores e esquecimentos –
história social nos sertões do Brasil*
Victor Leonardi

Amigos traiçoeiros
Sérgio Bath e Thiago de Mello

*O protestantismo, a maçonaria e a
questão religiosa no Brasil* (2ª edição)
David Gueiros Vieira



"...você pensa que revolucionário é o seu socialismo. Engana-se. Revolucionária é a democracia. O socialismo no máximo pode ser um dos conteúdos da democracia. A democracia é revolucionária porque é um regime sempre incompleto, sempre a fazer-se, aberto e plural, mas tudo isso na direção de uma sociedade com igualdade de oportunidades. E mais: para a sua prática efetiva, somente quando haja muita cultura e uma sociedade educada."

Anísio Teixeira

(Depoimento de Anísio Teixeira ao
Senador Artur da Távola)

Cod Edu: 27669

ISBN 85-238-0451-3



9 788523 004514